

Sociedade civil organizada na Cooperação Internacional: a atuação do movimento feminista na negociação do Acordo de Paz colombiano

Organized civil society in International Cooperation: the role of the feminist movement in the negotiation of the Colombian Peace Agreement

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.113861>

Bruna Soares de Aguiar
Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ), Rio de Janeiro, Brasil
brusoaresaguiar@gmail.com  

Resumo

A inclusão das lentes de gênero nas relações internacionais contribui para a elucidação não só de lacunas existentes na elaboração das políticas em âmbito global, bem como para indicar a atuação e articulação de mulheres em torno dos temas que impactam diretamente suas vidas cotidianas. Esta análise se desenvolve no intuito de indicar as capacidades políticas e materiais articuladas por mulheres e coletivos feministas no processo de elaboração e negociação do Acordo de Paz colombiano. Para tanto, assumiu-se a importância da pluralidade de atores envolvidos na política externa, além dos Estados, como forma de incidir positivamente na elaboração das agendas. A partir do trabalho de Vargas-Alzate (2014), foram analisados os processos de representação do problema, elaboração da agenda, processo de tomada de decisão, implementação e avaliação do Acordo, de modo a identificar as contribuições diretas e a Cooperação Internacional das mulheres para a integração da agenda de gênero no texto final, aprovado em 2016. Concluindo que, os coletivos de mulheres de base e ex-combatentes das FARC atuaram de forma direta na formulação da agenda de gênero no Acordo Final, em Cooperação com agências multilaterais e Estados com experiência no tema internacionalmente.

Palavras-chave: Colômbia; Gênero; Cooperação Internacional; Mulheres; Paz e Segurança;

Abstract

The inclusion of "gender lens" in international relations contributes to the elucidation of gaps in the elaboration of policies in the global system, as well as to indicate the action and articulation of women around the themes that directly impact their daily lives. This analysis seeks to indicate the political and material capacities developed by feminist and women collectives in the process of drafting and negotiating the Colombian Peace Agreement. Therefore, the importance of the plurality of actors involved in foreign policy was assumed, beyond the States, as a positively influence the elaboration of agendas. From what was elaborated in Vargas-Alzate's research, the processes of representation of the problem, preparation of the agenda, decision-making process, implementation and evaluation of the Agreement, were analyzed in order to identify the direct contributions and International Cooperation of women to the integration of gender agenda in the final text, approved in 2016. Concluding, women collectives as well and former FARC combatants acted directly in formulating the gender agenda in the Final Agreement, in Cooperation with multilateral agencies and states with experience in the subject internationally.

Keywords: Colombia; Gender; International Cooperation; Women; Peace and Security;

Recebido: 10 maio 2021
Aceito: 01 setembro 2021

Este trabalho foi realizado sob a orientação da professora Dra. Monica Hirst, a quem agradeço a disponibilidade em revisar e sugerir conteúdos relevantes para o resultado positivo da análise.

Conflitos de interesse: A autora não reportou potenciais conflitos de interesse



Introdução

A integração das lentes de gênero nos estudos e análises das relações internacionais permitiu elucidar inúmeras lacunas no que concerne a participação de mulheres como atores no processo internacional. Desde o período pré-colonial, as mulheres atuam como fonte de resistência às práticas políticas que limitam o acesso feminino ao âmbito público e cerceiam suas formas de articulação enquanto atores sociais (GIL LOZANO, 2007). Sublinha-se, assim, a necessidade de ampliar o olhar e expandir a compreensão em torno dos grandes temas das relações internacionais considerando as articulações das mulheres do Sul global e seus conhecimentos situados.

Este estudo se propõe como uma análise de conjuntura da atuação de coletivos de mulheres e feministas, pela via da Cooperação Internacional, no processo de negociação do Acordo de Paz colombiano, assinado em 2016. Esta reflexão se coloca como uma oportunidade de contribuir ao movimento dos feminismos do Sul, no sentido de propor uma descolonização dos estudos sobre Paz e Segurança, que é uma agenda que tem aberto certo espaço para a inclusão das lentes de gênero, mas que tende a reforçar a condição da mulher enquanto vítima e, principalmente, reverbera na manutenção do sentido de homogeneização das mulheres do Sul global (PARASHAR, 2018). Outro aspecto a ser considerado também é que, apesar de há mais de 20 anos o sistema internacional incitar os Estados a considerarem gênero e sexualidade nas resoluções de conflitos, as mulheres ainda são minoria nas mesas de negociação (GONZÁLEZ, 2017).

Segundo Hirst e Dalponte (2021), o Acordo de Paz colombiano foi um feito internacional - considerando o incremento da participação regional na negociação de um conflito armado como sendo muito importante e, até mesmo, inédito. Passou a se considerar, ainda, que este documento foi o primeiro, desde a instituição da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, em 2000, a integrar de forma significativa as lentes de gênero em seu processo de elaboração, nas mesas de negociação e no documento final. Tendo em vista esta realidade, consideramos que esta configuração foi possível, também, pela articulação dos movimentos de mulheres e feministas colombianos que possuem uma longa tradição histórica na articulação em torno do tema de Paz e Segurança no país, e, ainda, em razão da expressiva participação feminina como combatente nos conflitos internos.

Para elaboração da análise do caso, ressaltamos duas variáveis dependentes: a configuração de uma agenda de gênero em temas de Paz e Segurança no âmbito da governança internacional, e as capacidades políticas e materiais dos coletivos feministas colombianos para incidir na atuação do governo no âmbito de formulação de políticas. No marco analítico, nos apoiaremos no trabalho de Vargas-Alzate (2014), que delimita etapas do processo de tomada de decisão de atores não estatais na política externa colombiana, como sendo: *representação do problema*, quando as questões são socialmente construídas como dificuldades reais que demandam uma solução e, a partir disso, variados atores se inserem de modo a influir em uma representação e definição do problema; *elaboração da agenda*, os tomadores de decisão definem qual a questão pública recebe atenção e em que ordem - a sociedade civil organizada pode exercer influência nesta fase demonstrando a importância da agenda e, conseqüentemente, inferindo na agenda do governo; *processo de tomada de decisão*, o governo emite uma série de decisões em reação ao problema, diferentes atores não estatais podem participar da unidade decisória; *implementação*, as agências governamentais, forças armadas ou diplomatas executam as decisões, mas a implementação depende também de atores internacionais, outros governos, sociedade civil organizada e empresas privadas; *avaliação*, as políticas e os resultados são regularmente avaliados, e, frequentemente, especialistas externos ponderam as práticas do governo, elaboram informes e atuam como membros de conselhos consultivos.

Contexto internacional da inclusão de lentes de gênero na agenda Paz e Segurança

A análise da agenda de Paz e Segurança nas relações internacionais, perpassa diretamente a atuação em torno da agenda de gênero em âmbito institucional e multilateral. A criação da Organização das Nações Unidas, em 1945, contribuiu para o seguimento do avanço da agenda de gênero no sistema internacional que havia sido iniciado com a articulação de

coletivos feministas no âmbito da Liga das Nações.¹ Com a Convenção de Genebra (1949), relativa à proteção de pessoas civis em tempos de guerra, passou-se a considerar que as mulheres deveriam ser protegidas especialmente ao que foi denominado “atentado à honra”, para descrever a prostituição forçada e atentado ao pudor.

Contudo, até a década de 1980, a agenda da segurança e, principalmente, o tema da guerra eram compreendidos ainda, majoritariamente, como um assunto da seara masculina, a partir de uma visão mais neutra das relações internacionais (TIKNER, 1992; ENLOE, 1993; CARVALHO et al, 2017). O processo de desconstrução desta imagem teve mais força com a eclosão dos debates teóricos feministas no sistema internacional, que argumentavam, inicialmente, o fato de que uma pretensa neutralidade circunscrevia os interesses masculinos e ocidentais na esfera das relações exteriores. Esta reflexão e mobilização feminista possibilitou que ao longo dos anos fossem sendo estabelecidos ganhos no que se refere o olhar de gênero nas relações entre Estados e em organismos multilaterais.

No ano de 1985, em razão da Conferência Internacional de Mulheres, que ocorreu na cidade de Halifax, no Canadá, o conceito de segurança foi debatido por mulheres de diversas partes do mundo. Ann Tickner (2018), aponta que as mulheres do Sul global destacaram que a segurança possui relação com a violência estrutural associada ao imperialismo, militarismo, racismo e sexismo. A autora recorda, ainda, que as décadas de 1980 e 1990 insuflaram os debates internacionais sobre o tema da segurança, buscando responder aos novos tipos de conflito e, assim, abordar uma perspectiva mais abrangente e inclusiva da segurança, levando em conta a promoção da justiça social e a eliminação da violência em diferentes níveis da sociedade.

A perspectiva realista das relações internacionais, tendeu a associar a guerra aos Estados e à segurança nacional, no sentido de sobrepor os impactos aos sujeitos locais e a articulação desses atores (TRUE, 2015; TICKNER, 2018). Os movimentos internacionais de mulheres atuaram, ao longo do tempo, de forma a contestar esta concepção, rememorando o que fora estabelecido no Congresso da Paz das Mulheres, de 1915, que estabeleceu conjuntos de princípios para o desenho de um acordo que pusesse fim a Primeira Guerra Mundial (TICKNER, 2018).

Os princípios adotados nessa reunião também observaram a violência que as mulheres, e os civis em geral, sofreram em tempos de guerra; a necessidade de as mulheres participarem da construção da paz; e o desejo de construir o que as mulheres definiram como "paz positiva", uma paz que incluía justiça social e não apenas a cessação das hostilidades [...] os movimentos de mulheres sempre insistiram em que a verdadeira segurança e a paz justas nunca poderiam ser alcançadas sem assegurar da mesma forma a igualdade de direitos das mulheres (TICKNER, 2018, p.2, tradução nossa).²

Durante a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, em 1995, foi reconhecida a necessidade de inclusão da mulher em todos os níveis de tomada de decisão, ou as metas para igualdade, desenvolvimento e paz não poderiam ser alcançadas (SANTANA, 2017). Em 1998, o Estatuto de Roma da Corte Internacional de Justiça reconheceu crimes de gênero como crimes contra a humanidade e genocídio.³ O principal marco institucional na agenda de Paz e Segurança aconteceu no ano de 2000 com a aprovação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, denominada Mulher, Paz e Segurança (WPS, sigla em inglês). Em suma, o texto insta os Estados a desenvolverem Planos de Ação Nacionais, e, anualmente, na data de aniversário da resolução, é realizado um debate para avaliação dos esforços e implementação. A WPS fomenta a participação das mulheres na manutenção da Paz e Segurança, com foco na implementação de legislações

¹ Reconhecemos que esta é uma perspectiva da historiografia tradicional que considera a Revolução Francesa como marco inicial do movimento feminista. Contudo, sublinha-se que antes mesmo dos processos de colonização, as mulheres no Sul se articulavam e formulavam resistência através de seus corpos (GIL LOZANO, 2007), o que é, em muitos casos, desconsiderado da narrativa universalmente reconhecida. Para fins deste texto, consideramos a ascensão da temática de gênero nas Nações Unidas porque foi neste espaço em que mulheres do Norte e Sul Global, influenciaram formalmente a formulação das agendas e obtiveram ganhos como a perspectiva de Mulheres, Paz e Segurança (WPS, sigla em inglês).

² No original: “The principles adopted at that meeting similarly noted the violence that women, and civilians more generally, suffered in times of war; the need for women to participate in peacemaking; and the desire to build what the women defined as “positive peace,” a peace that includes social justice, not just the cessation of hostilities [...] Women’s movements have always insisted that real security and just peace could never be achieved without similarly securing women’s equal rights.” (TICKNER, 2018, p.2).

³ Inclui o estupro, a escravidão sexual, a prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada, perseguição em função do gênero, tráfico de pessoas e a violência sexual como crimes em sua jurisdição. Bem como a violência sexual em conflito, uma prática comum, deixou de ser vista como efeito colateral e passou a ser codificada como crime contra a humanidade.

que garantam os direitos das mulheres em tempos de guerra e no reconhecimento dos impactos diferenciados para homens e mulheres em contextos de conflitos armados.

Importante sublinhar que houve um impacto positivo desta resolução do Conselho de Segurança no desenvolvimento dos acordos de paz. Christine Bell e Catherine O'Rourke (2010) realizaram um estudo sobre 585 acordos assinados entre 1990 e 2010 evidenciando que apenas 16% apresentavam alguma menção as mulheres, mas que este número aumentou a partir da adoção da Resolução 1325 em 2000. Antes deste ano, apenas 11% dos acordos faziam referência as mulheres ou a alguma questão ligada a agenda de gênero, posteriormente este número evoluiu para 27%.

Em 2008, o Conselho de Segurança das Nações Unidas reiterou a Resolução 1325 por meio da adoção da Resolução 1820, reconhecendo os impactos sobre a manutenção da paz e segurança internacional do uso da violência sexual como tática de guerra. No ano seguinte, o Conselho emitiu mais duas Resoluções que visavam reforçar o compromisso da WPS e a Resolução 1820, de modo a fortalecer a participação plena e igualitária de mulheres e a considerar as necessidades de meninas e mulheres em contextos de consolidação da paz.⁴ Outras Resoluções, como a 2212 e a 2242, previram a maior participação da sociedade civil e organizações de mulheres na agenda, além de sublinharem a importância de estabelecer grupos de peritos sobre a WPS, reiterando a necessidade de representação feminina em todos os níveis de tomada de decisão, além da inclusão de mulheres nas delegações de negociação e nos diálogos sobre a paz.

Santana (2017) ressalta que, apesar do crescimento quantitativo de acordos com lentes de gênero, estudos qualitativos evidenciam que não há um direcionamento palatável para a iniciativas de inclusão das mulheres. Desta forma, pode-se refletir que a visão das mulheres enquanto vítimas, por muito tempo, limitou a representação e atuação feminina nos processos de paz. Minillo et al (2017), sublinham que esta tradição em relacionar as mulheres sempre como civis e vítimas, obscurece os papéis como agentes ativos em contextos de conflito.

Neste sentido, Tickner (2018) trata da existência de um mito da proteção, sob o qual a lógica da guerra foi fundada. Assim, a masculinidade passou a ser associada a necessidade de proteção dos mais vulneráveis – mulheres e crianças – e as mulheres foram sempre ligadas a ideia de vítimas, ou aqueles sujeitos que promovem a paz. Citando Judith Stiehm (1983), Tickner (2018) argumenta que esta ideia de “protegida” passou a ser fundamental para legitimar a violência militar. Segundo Tickner (2018), Stiehm também reforça que as mulheres não são apenas vítimas incapacitadas dos conflitos, mas pessoas ativamente envolvidas na prestação de segurança de diversas formas.

Neste aspecto há, pelo menos, dois desdobramentos. O primeiro, muito bem pontuado por Tom Moylan (2017), de que a proteção das mulheres é estabelecida em um sentido de protegê-las de outros homens, uma vez que estudos demonstram que estupro como arma de guerra compõe a própria lógica organizacional do conflito e são realizados, majoritariamente, por homens das forças armadas dos Estados e até mesmo das forças de paz da ONU, e, para além desta violação, estes sujeitos masculinos limitam e controlam o acesso de mulheres à recursos nas situações de vulnerabilidade durante e pós-conflito. Tickner (2018) explica que, em razão da Divisão Sexual do Trabalho, as mulheres já ocupam os espaços mais vulnerabilizados no âmbito público, e em tempos de guerra e pós-conflito elas tendem a estar mais presentes em campos de refugiados e outros espaços que demandam ajuda, e o acesso à esta ajuda é prejudicado justamente por esses atores masculinos do campo de guerra e das forças de paz. O segundo desdobramento que se pode citar é a relação direta entre mulheres e a ideia de paz. Segundo Ann Tickner (2018), os estudos feministas questionam este essencialismo ao oferecer uma definição multinível do conceito de segurança, defendendo que as mulheres devem ser compreendidas como agentes em todos os aspectos de construção da paz e da segurança.

De acordo com Jacqui True (2015), a questão é que as relações internacionais desenvolveram suas análises a respeito das causas e consequências da guerra, sem levar ao centro do debate as inseguranças geradas para as pessoas que vivenciam os conflitos. Por isso, para compreender as capacidades de Cooperação Internacional dos movimentos feministas colombianos no Acordo de Paz, considera-se dois pontos: os impactos vivenciados pelos sujeitos em âmbito

⁴ Resoluções 1888 e 1889.

local, sendo o conceito de segurança pensado para além do Estado, e mais no sentido do que fora delimitado pelo grupo de mulheres do Sul global na Conferência de 1985; e, em segundo lugar, considera-se que se deve superar os papéis idealizados de gênero sob os quais as mulheres são associadas a docilidade, paz e compaixão (MINILLO et al, 2017). É imprescindível assumir a importância da Resolução 1325 e aquelas dela derivadas no sentido de sinalizar a presença feminina nos conflitos, mas ir além deste ideal de proteção, de maneira a descrever o poder político também como característica exercida pelas mulheres e, não apenas, pelos homens. Atribuindo, assim, a racionalidade, o perfil estratégico e a força de resistência como papéis que são assumidos pelas mulheres, além dos impactos específicos a elas nos conflitos armados.

A atuação das mulheres nas resoluções de conflitos

O processo de resolução de conflitos demanda a articulação de diversos atores estatais, não-estatais, internacionais e domésticos de modo a incidir no cessar da violência existente em determinado território. Segundo Santana (2017), há duas possibilidades de participação neste processo: a formal e a informal. De acordo com as teorias das resoluções de conflito, a primeira está relacionada a articulação de Estados e grupos institucionalizados dos governos que atuam em torno da esfera jurídica do processo, enquanto que a participação informal é toda aquela realizada por atores fora da esfera governamental e que não possui relação direta com a estrutura do Estado, ou seja, organizações não governamentais e sociedade civil.

Tradicionalmente, a participação das mulheres nos processos de resolução de conflitos e construção da paz tende a acontecer na esfera da informalidade (SANTANA, 2017). As estratégias são das mais variadas e o reconhecimento desta diversidade e heterogeneidade da atuação feminina é imprescindível para a visualização de suas articulações. Santana (2017) cita como exemplos de mediação feminina as marchas pela paz, debates em rádios e outras mídias, bem como reuniões com grupos combatentes para dialogar sobre um cessar-fogo. O ativismo feminino pela paz remonta também as organizações para manifestação contra a guerra, a busca por entes desaparecidos, denúncias de violações de direitos humanos nos contextos de conflitos armados, por exemplo (VILLELLAS-ARIÑO, 2010). Villellas Ariño (2010), também sublinha os impactos da guerra na vida das mulheres, que para muitas se traduz no empobrecimento, perda de familiares, ruptura do tecido social, violência sexual e deslocamento forçado.

De acordo com Ann Tickner (2018), a compreensão em torno dos impactos dos conflitos, a partir da definição de segurança estabelecida pelas reflexões feministas, está relacionada com a segurança física e a econômica, mas não só aquelas associadas a guerra. Por isso, recupera-se o conceito de violência estrutural de Johan Galtung (1971), de forma a retomar todo o contexto estrutural sob o qual as mulheres estão inseridas e reconhecer o somatório de fardos que são relegados a elas em situações de conflito. A exemplo do que fora demonstrado pelo trabalho de Laura Sjoberg (2006), sobre a guerra do Iraque, e os impactos diretos das sanções econômicas, uma vez que, as mulheres são, tradicionalmente, mais vulneráveis economicamente e politicamente.

Mas, em alguns casos, de acordo com as reflexões de Villellas Ariño (2010), a guerra e/ou os conflitos podem ser uma janela de oportunidade para que mulheres passem a atuar na esfera pública. Porque, ainda que seja uma realidade de destruição e violência, os conflitos implicam na participação mais ativa nas comunidades, o que contrasta com a ideia da participação feminina meramente passiva e como vítima. A autora ressalta os movimentos de mulheres contra a guerra que se formaram a partir dos impactos da violência sobre os civis, tendo como reivindicações o fim da violência e apoio aos desertores, por exemplo. Desta maneira, “na maioria das vezes, as mulheres estão entre os primeiros que falam publicamente contra a guerra e buscam prevenir sua amplificação” (ANDERLINE, 2007, p.34 apud VILLELLAS ARIÑO, 2010, p. 25. Tradução nossa).

Ao ampliar o olhar nas análises de segurança, para além da mulher enquanto vítima, realiza-se um chamamento a observar o contexto como um todo: a articulação feminina pela paz e suas estratégias, bem como sua atuação nos conflitos armados como combatente. No sentido de não incorrer naquilo que Mohanty (1988) denominou de

homogeneização da diferença, ou seja, há um problema na compreensão da categoria mulher como homogênea porque se unifica as experiências nos mais variados contextos, limitando a percepção sobre o ser mulher e suas capacidades de articulação, atuação e demandas.

Lodoño (2005) delimitou que, com o passar do tempo, a imagem das mulheres como sinônimo de ternura e passividade foi sendo subvertida no imaginário social, e uma dessas manifestações foi uma maior difusão da imagem feminina como combatente nos meios de comunicação. No caso específico de mulheres combatentes, estas devem ser consideradas como atores fundamentais no processo de negociação da paz, uma vez que se busca observar as oportunidades de participação em espaços legais, considerando suas experiências e propostas (OBSERVATORIO DE PAZ Y CONFLICTO, 2016). Vilellas Ariño (2010), aponta que as articulações de mulheres têm conseguido incidir nesses processos formais ao redor do mundo, citando como exemplo os casos das mulheres em Serra Leoa, Nepal, Sri Lanka, Sérvia, Irlanda do Norte, Uganda, Somália e Colômbia. O reconhecimento dos processos da paz como uma oportunidade para atuar no âmbito público e político e se articular com o setor governamental é chave para os ganhos dos coletivos de mulheres.

Segundo Díaz, Herrera e Hernandez (2017), a integração das mulheres no confronto armado implica em transformações específicas na maneira de compreensão e de anseios em torno da mulher, ou seja, há uma redefinição do que espera-se de uma mulher – passando do ideal de feminilidade e cuidadora familiar, para agentes que buscam que suas ideias sejam escutadas, ou seja, agente ativo.

Se bem que o cenário da guerra se caracterize como um espaço de predominância masculina, as dinâmicas realizadas dentro das organizações guerrilheiras desconstruem a subjetividade da mulher que ingressa com aprendizagens da cultura tradicional; estas se desestruturam para adquirir novas formas de pensar em relação com seu papel e o potencial que possui como ser humano. Os espaços de socialização ampliam ou reprimem o potencial da mulher, especialmente quando em seu passado se encontra a luta armada (DÍAZ, HERRERA; HERNANDES, 2017, p.50. Tradução nossa.)⁵.

Estas redefinições do papel das mulheres em contextos de guerra e conflitos é tradicionalmente posta a margem em estudos sobre Paz e Segurança. Há uma excessiva correlação entre mulheres e paz, limitando não só as capacidades analíticas dos estudos, bem como a visibilidade da condição feminina em contextos tradicionalmente masculinizados. A ausência da compreensão do conceito de segurança pelas vias dos feminismos, contribui também para perpetração de violências estruturais e simbólicas. Como bem aponta Minillo et al (2017), o passo de incluir às mulheres na história permite ampliar as compreensões tradicionais do que é tido como relevante. As autoras evidenciam o que Scott (1986) delimitou de que este movimento permite incluir experiências pessoais e subjetivas, bem como as atividades públicas e políticas das mulheres.

Tendo em vista esta variedade de articulação e participação de mulheres nos contextos de guerra e conflitos armados, e, ampliando o conceito de segurança a partir de lentes feministas, serão analisados os processos nos quais se inseriram às mulheres na elaboração do Acordo de Paz da Colômbia. Para isso, leva-se em conta os distintos papéis sociais e políticos desempenhados: desde a atuação como agentes de paz do governo colombiano e de países parceiros, até a atuação como guerrilheiras dos grupos paramilitares. Sublinha-se, ainda, que se deve considerar não apenas o momento do Acordo de Paz, mas as histórias e experiências adquiridas anteriormente e suas possibilidades de vivências no pós-conflito.

⁵ No original: “Si bien, el escenario de la guerra se caracteriza como un espacio de predominancia masculina, las dinámicas llevadas a cabo dentro de las organizaciones guerrilleras desconstruyen la subjetividad de la mujer que ingresa con aprendizajes de la cultura tradicional; estas se desestructuran para adquirir nuevas formas de pensar en relación con su rol y el potencial que posee como ser humano. Los espacios de socialización amplían o reprimen el potencial de la mujer; especialmente cuando en su pasado se encuentra la lucha armada.” (DÍAZ, HERRERA; HERNANDES, 2017, p.50).

O conflito colombiano e atuação das mulheres

O conflito colombiano, de natureza doméstica, foi administrado por processos internacionais, no sentido de atrair mais Cooperação militar externa e para ser enquadrado na agenda de segurança estadunidense, tendo em vista sua projeção internacional (HIRST; DALPONTE, 2021). As limitações percebidas na guerra contra o narcotráfico, fizeram com que a postura de inércia do governo nacional colombiano fosse questionada, e, assim, demandou uma atuação mais enfática em torno da construção da paz, até mesmo por parte dos países vizinhos que vinham sendo continuamente afetados pelo conflito.

O interesse para diluição do embate entre guerrilhas e o governo colombiano tornou-se demanda da região, bem como de outros atores internacionais. Contudo, apenas com a eleição do ex-ministro da Defesa, Juan Manuel Santos, como presidente do país em 2010, foi possível reiniciar o diálogo com as guerrilhas e ingressar na busca por um Acordo de Paz efetivo. Em novembro de 2012, iniciaram-se oficialmente os diálogos pela paz entre o governo colombiano e as FARC. Com a reeleição de Santos em 2014 o presidente colombiano e o líder das FARC naquele momento, Rodrigo Londoño Echeverri (Timochenko), se comprometeram a assinar um Acordo de Paz.

Para compreender o papel das mulheres e os coletivos feministas no processo de Acordo de Paz, é necessário retomar de maneira um pouco mais aprofundada à origem do conflito no país sul americano. Na década de 1960, a Colômbia possuía uma sociedade, mais do que nunca, dividida a partir das condições de classe: por um lado, a elite que controlava a posse de terra, e de outro a população rural vulnerabilizada e sem nenhum tipo de representatividade, “[...] a partir da aliança entre as elites políticas do país, estruturaram-se duas Colômbias. Uma urbana, educada e sob o estado de direito e outra agrária, feudal, sob o controle de uma elite fundiária” (MINILLO et al, 2017, p.309).

Os anos entre 1948 e 1958 já haviam sido conhecidos como *La Violencia*, marcados por embates diretos entre a população rural e os senhores de terra. No ano de 1964, este processo de escalada de violência foi excedido com a ação das forças militares colombianas contra a população. Neste período, foi fundado o movimento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que inicialmente se colocou como defensor da reforma agrária, acesso à posse de terras e a busca por um Estado socialista, muito sob a influência da Revolução Cubana. Por isso, “[...] destaca-se que as FARC emergiram a partir de inúmeros aspectos políticos e sociais, além de simbólicos em um contexto de desigualdade e concentração fundiária oligárquica e repressão do Estado aos camponeses.” (MINILLO et al, 2017, p.311).

Como bem demonstrado na pesquisa de Pinheiro (2015), diversos foram os processos de país buscado pelas FARC junto ao governo colombiano, pelo menos, desde as décadas de 1980 e 1990. Por razões diversas, dentre elas, a forte ingerência do governo estadunidense nos processos de segurança da Colômbia, as negociações não foram concluídas.

Tendo em vista o contexto de fundação de uma das forças de resistência mais importantes do território colombiano, pode-se descrever a participação feminina na agenda de segurança do país pela via combatente. Minillo et al (2017) destacam que a participação feminina nas FARC está relacionada a situação histórica da Colômbia, que é marcada pelo conflito, pobreza e violência. As autoras delineiam que esta realidade contribuiu para que as forças de resistência tenham se tornado espaços atrativos para escapar da condição subalterna, principalmente das meninas e mulheres do meio rural.

Uma combinação multifacetada de questões históricas e culturais sustenta a ideia de que as mulheres não têm o mesmo valor dos homens na construção do Estado colombiano. O desenvolvimento deste deu-se sob o controle da elite de homens crioulos [...] as mulheres, principalmente aquelas pobres e que vivem em meio rural, não possuem as mesmas oportunidades oferecidas aos homens, devido à pouca penetração do Estado no fornecimento de bens públicos e deixando as populações expostas à atuação de movimentos armados (MINILLO et al, 2017, p.313).

Confirmando o argumento de Tickner (2018), de que em contexto de conflitos as mulheres somam os processos de vulnerabilização demarcados pela Divisão Sexual do Trabalho, e, assumindo a construção do conceito de segurança

como marcado pelo sexismo, racismo e, mais evidente ainda na história colombiana, o imperialismo, observa-se que a assimetria econômica no espaço rural, contribuiu para que forças como as FARC se tornassem uma alternativa a condição de pobreza e dependência das meninas e mulheres do meio rural, visto que “mais de 11 mil crianças e jovens entraram para a guerrilha de 1975 a 2013, das quais cerca de 28% eram meninas (MINILLO et al, 2017, p.314).

A partir da década de 1980, as FARC passaram a incentivar a participação de mulheres na guerrilha, ainda que, inicialmente, desempenhando papéis tradicionais. Com o passar do tempo, foi percebida uma demanda feminina pela luta contra o patriarcalismo, e, ainda que em uma estrutura de hierarquia militar, foram se traçando caminhos para uma espécie de emancipação feminina (MINILLO et al, 2017).

Salienta-se que essa igualdade não questionava os modelos de masculinidade constituintes da cultura da violência colombiana. O destaque para a masculinidade militar, corporificada no treinamento das guerrilhas como elemento chave em sua simbologia, sendo o soldado o símbolo da cidadania exemplar (ELSHTAIN, 1987 apud MONTE, 2010), estende a masculinidade militarizada às mulheres, fazendo com que a violência seja vista como necessária para a transformação dos papéis de gênero (MEERTENS, 1995, p.49 apud COSTA, 2008) (MINILLO et al, 2017, p. 316).

Ademais desta participação ativa no corpo da guerrilha, as mulheres colombianas vivenciaram as consequências dos conflitos no país e fundaram movimentos de resistências, especializados na construção da paz. De acordo com Urrutia Hurtado (2017), os movimentos de resistência de mulheres colombianas sofreram grande influência de outros movimentos de mulheres latinas, a exemplo as Madres de la Plaza de Mayo, na Argentina. A autora aponta ainda que, especificamente na Colômbia, os movimentos de mulheres pela paz são resultado da contestação a realidade de autoritarismo, invisibilização e nulidade das mulheres na ordem pública, tendo assim, buscado atuar em prol da democracia e pelo exercício pleno da cidadania. Os ativismos de base⁶ no país, são pautados, principalmente, pelo paradigma eco feminista e o pacifismo da não violência e ganharam força principalmente nos anos 1990. “Desde essa época, foram consolidadas na região fortes redes de apoio em torno da resistência pacífica para exigir os direitos, a eliminação das múltiplas formas de violência contra as mulheres, bem como a incidência política a favor da construção da paz na Colômbia” (URRUTIA HURTADO, 2017, s/p., tradução nossa).⁷

Após 11 processos de paz, desde 1982, nos quais apenas 4,07% dos participantes eram mulheres (CHAPARRO, 2016 apud URRUTIA HURTADO, 2017), no ano de 2016 foi assinado o Acordo de Paz na Colômbia, no qual, pela primeira vez, foi criada uma subcomissão de gênero que teve como objetivo incluir a perspectiva de gênero no documento final e nos processos de negociação. Este coletivo tendia a uma atuação mais informal, ou seja, junto as organizações paramilitares e nos contextos locais impactados pelo conflito. Contudo, apesar de a composição das FARC ser de 40% de mulheres, no começo das negociações para paz apenas uma estava presente, Victoria Sandino, que atualmente é congressista e ex- combatente do grupo. A atual congressista argumenta que exigiu a visibilidade das mulheres combatentes, e entende que ao lhe conferirem um posto na mesa de negociação foi aberta uma janela de oportunidade para que mais mulheres tivessem incidência (RUIZ-NAVARRO, 2020). Desta forma, durante o processo de negociação do Acordo, houveram diversas formas de atuação por parte das mulheres de modo a integrar o espaço de negociação, as guerrilheiras atuaram na delegação da paz, e, em 2015, a delegação das FARC em Havana era 40% feminina, refletindo a composição na organização (MINILLO et al, 2017).

Para compreender o processo de inclusão dos coletivos feministas de base e das mulheres combatentes das FARC no processo de negociação do Acordo de Paz, assumimos que neste evento específico a Cooperação Internacional pela paz incluiu esses atores da sociedade civil no processo de articulação da agenda de gênero, junto a outros países que

⁶ Dentre as iniciativas nesta agenda, pode-se citar a Organización Femenina Popular, Ruta Pacífica de las Mujeres, Confluencia Nacional de Redes de Mujeres, Mesa nacional de Concertación de Mujeres, Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado, Movimiento nacional de Mujeres Autoras y Actoras de Paz, Retenidos y Liberados por Grupos Guerrilleros (URRUTIA HURTADO, 2017), além da Coalición 1325.

⁷ No original: “Desde esa época se consolidan en la región fuertes redes en torno a la resistencia pacífica para exigir los derechos, la eliminación de las múltiples formas de violencia contra las mujeres, cómo también la incidencia política a favor de la construcción de paz en Colombia.

possuíam forte tradição em torno da Resolução 1325 da ONU. Entende-se que quando atores do Estado estão bloqueados para atuar sob determinadas agendas, como foi neste caso sobre gênero, os atores não estatais se tornam amplificadores de denúncias, fomentando uma pressão sobre o Estado por parte da comunidade internacional, viabilizando, assim, o diálogo com os atores domésticos. Para Bitar Geraldo (2016), há uma pressão de cima – por parte da comunidade internacional – que tende a fortalecer a pressão de baixo – os atores sociais domésticos, gerando, assim, maior fertilidade das demandas junto aos governos.

Trejos Rosero (2016), destaca que a observação em torno da atuação de atores não estatais nas relações exteriores dos Estados permite a visibilidade de alguns temas pontuais através da transmissão de informação, articulação da sociedade civil em torno de políticas e a inclusão de vozes e propostas de atores sociais nas instituições públicas e em organismos multilaterais. O que pode ser categorizado como redes transnacionais, que por definição de Risse e Sikink (1999), são formadas por uma gama distinta de atores, como movimentos sociais, fundações, agências de cooperação, organismos multilaterais e ONGs, que estabelecem um tipo de articulação com os regimes internacionais com o objetivo de informar os governos e a opinião pública sobre um tema específico (TREJOS ROSERO, 2016).

A capacidade de mudança no comportamento estatal, especificamente em matéria de direitos humanos, cria condições favoráveis para atuação dos movimentos sociais internos (BITAR GIRALDO, 2006). Assim, para compreender as articulações desenvolvidas em Cooperação com atores externos para inclusão da agenda de gênero no Acordo de Paz colombiano, assinado em 2016, toma-se como ponto de partida as etapas delimitadas por Vargas-Alzate (2014), sobre a participação da sociedade civil na política externa colombiana.

A Cooperação do movimento feminista no Acordo de Paz colombiano

Tendo em vista que, como explicado nas seções anteriores, o processo de integração das mulheres nos processos de negociação de acordos de paz e na consideração de suas experiências para a agenda de segurança são resultado de reflexões feministas que contribuíram para a criação de mecanismos internacionais garantidores de paridade de gênero no debate e consolidação da agenda de segurança, entende-se que a análise em torno do processo de Cooperação em matéria de gênero no Acordo colombiano deve partir, também, dos processos de contestação das mulheres colombianas e suas respectivas organizações. A Resolução 1325 e suas derivadas permitiam uma maior visibilidade das desigualdades, contudo, não fomentou uma obrigatoriedade no quesito conteudista das formulações de paz e segurança, ou seja, ainda que tenha havido um fomento a atuação de mulheres na agenda, os resultados do pós-conflito ainda não materializavam, de fato, os processos de igualdade de gênero. Por isso, o Acordo de Paz colombiano é considerado pioneiro neste quesito.

Se por um lado, os movimentos de base de mulheres colombianas já possuíam extensa atuação em torno da agenda de Paz e exigiam a participação nas mesas de negociação em Havana, por outro, Victoria Sandino, reivindicava – a partir de sua atuação de dentro do processo – que houvesse uma paridade de gênero equivalente a proporção de mulheres que atuavam ativamente do conflito como combatentes. Esta fase, denomina-se, para fins desta análise, *representação do problema*, quando as demandas foram socialmente construídas e requisitaram uma resposta para a resolução do problema. Ainda em 2011, inúmeras organizações de mulheres se reuniram para buscar a garantia plena da WPS, a exemplo da Coalición 1325, que tem como causa a implementação da Resolução por parte do Estado colombiano.

Outro ator importante no processo de *representação do problema* foi a Mesa de Género de la Cooperación Internacional en Colombia. Esta é uma estrutura formada por diferentes agências de Cooperação Internacional que atuam em território colombiano e possuem interesse em contribuir com os avanços em torno dos direitos humanos das mulheres. Com início em 2008, é composta por 44 agências de Cooperação Internacional, Sistema das Nações Unidas e Ongs internacionais. No tema específico da paz, trabalha a partir do Grupo de Tareas de Cooperación para la Agenda de Mujeres y Niñas Seguras y Construcción de Paz, é co-liderado pela Agência de Direitos Humanos da ONU, PNUD e UNICEF, e conta com a participação da AECID, agência de Cooperação espanhola na Colômbia; delegação da União Europeia; Diakonia,

organização sueca; Embaixada do Canadá, Noruega, Suécia e Suíça; FOKUS, organização norueguesa; GIZ, organização alemã; Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia da OEA; NIMD, organização holandesa; ONU Mulheres; Organização Internacional para as Migrações e USAID, do governo estadunidense.

Ademais, o Mecanismo Tripartito de Monitoreo y Verificación (MVM) – composto pela ONU, governo colombiano e as FARC – se estabeleceu como um braço que atuava diretamente com a sociedade civil, e, no caso específico da agenda de gênero, foi chave no processo de incorporação das demandas feministas em torno do debate da paz. No entanto, tanto Colômbia como os demais países da América Latina que atuaram na Cooperação para o desenho do Acordo de Paz, possuíam déficit de participação de mulheres em suas comitativas, o que tornou dificultoso alcançar os mesmos níveis das FARC, tendo como solução a incorporação de mulheres do contingente oriundos da Espanha, Portugal e Suécia – países reconhecidos internacionalmente por sua extensa atuação em torno da agenda WPS (HIRST, DALPONTE, 2021).

Para fins desta reflexão, compreende-se que o processo de *elaboração de agenda* aconteceu de forma concomitante a *representação do problema*, mas sugere-se interpretar que houve um momento chave na *elaboração*, que foi a realização da Cumbre Nacional de Mujeres y Paz, no ano de 2013. A definição de quais temas receberiam atenção por parte dos tomadores de decisão aconteceu, em parte, neste evento que foi convocado por nove grupos feministas colombianos⁸ e realizado em Cooperação financeira e técnica da ONU Mulheres, Embaixada da Suécia, Noruega, Suíça, IDEA International, AECID, Intermon Oxfam e respaldo da Mesa de Género de la Cooperación Internacional en Colombia. Na ocasião, foram convidados representantes do governo colombiano (MUÑOZ PALLARES; RAMÍREZ CARDONA, 2014).

Em torno de 449 mulheres participaram da Cúpula, originárias de distintos processos organizativos e pertencentes a diferentes setores sociais⁹, ao todo eram provenientes de 30 dos 32 departamentos do país (MUÑOZ PALLARES; RAMÍREZ CARDONA, 2014). O que reforça a premissa de que a compreensão da heterogeneidade da categoria mulher, contribuiu para a desconstrução do papel feminino como vítimas, principalmente em matéria de Paz e Segurança (MOHANTY, 1988).

Pode-se observar que na virada entre *representação do problema* e *elaboração da agenda*, as mulheres passaram a atuar por uma via da formalidade, congregando organismos internacionais e participação em espaços institucionais como janelas de oportunidade para atuação na arena pública de deliberação e tomada de decisão. As capacidades materiais e políticas articuladas neste processo incidiram diretamente na possibilidade de ganhos efetivos no âmbito jurídico do Acordo de Paz e nas mesas de negociação em Havana. Contudo, a investigação conduzida por Monica Hirst e Bruno Dalponte (2021), revelou que houve uma dificuldade de transladar os conceitos de igualdade de gênero em diferentes níveis, fosse na concepção desigual entre as forças de atuação nórdicas e o machismo arraigado nas forças de atuação latino-americanas, ou na diferença no tratamento dado por superiores na distribuição de tarefas para as forças femininas e voluntárias mulheres. A integração da agenda de gênero no âmbito do Acordo de Paz, resultou em avanços, mas também reproduziu desigualdades nas relações sociais da vida cotidiana das mulheres como ocorre em diversos espaços.¹⁰ E se faz importante destacar esses revezes, no sentido de não cair em uma idealização do processo. Contudo, os pesquisadores destacaram ainda que, as mulheres que participaram dos processos de negociação relataram que a convivência entre si – policiais, voluntárias, ex-combatentes - foi fundamental para a construção de uma atuação mútua e compreensão em torno

⁸ Casa de la Mujer, Ruta Pacífica de las Mujeres, Red Nacional de Mujeres, Mujeres por la paz, Colectivo de Pensamiento y Acción Mujeres, Paz y Seguridad, Grupo de Seguimiento de la Resolución 1325, Conferencia Nacional de Organizaciones Afrocolombianas – CNOA –, Iniciativa de Mujeres Colombianas por la Paz – IMP – y la Asociación Nacional de Mujeres Campesinas, Negras e Indígenas de Colombia – ANMUCIC (Muñoz Pallares; Ramírez Cardona, 2014).

⁹ Havia mulheres dos meios de comunicação; partidos políticos; organizações do setor cultural, educacional, ambientalista e da população LGBT; Igrejas; centrais sindicais; organizações de base comunitária e dos Direitos Humanos; mesas municipais e departamentais; organizações campesinas; organizações de vítimas do conflito; organizações étnicas; iniciativas pela paz e movimento feminista (MUNÓZ PALLARES; RAMÍREZ CARDONA, 2014, p. 18).

¹⁰ Segundo Hirst e Dalponte (2021), ao entrevistar mulheres que atuaram no processo de negociação, militares, policiais e voluntárias civis apresentaram denúncias de conservadorismo no trato por parte de superiores, a exemplo de determinação de tarefas com menor nível de responsabilidade e não autorização de dirigir meios de transportes utilizados pela missão da ONU.

das diferentes experiências do conflito, o que favoreceu as negociações. Além de que, com o tempo, houve um processo de conscientização por parte da força masculina negociadora.

Em relação ao *processo de tomada de decisão*, entende-se que foi articulado entre o governo, atores não estatais como as FARC, Victoria Sandino, Sisma Mujeres, voluntárias civis e outros atores que exerceram pressão através da Resolução 1325 para ampliar a participação de mulheres na mesa de negociação (RUIZ-NAVARRO, 2020), e pelas guerrilheiras das FARC que estavam presente de forma quantitativamente equivalente a participação na organização.

A *implementação*, ou seja, a execução por parte do governo e das FARC dos processos de atuação da sociedade civil organizada na política externa colombiana, ocorreu de forma interligada e dependente da atuação dos atores internacionais - como observadores - e da sociedade civil organizada - no papel dos coletivos envolvidos na construção da agenda. O primeiro êxito foi a inclusão de Nigeria Rentería e María Paulina Riveros para se unirem a Sandino como negociadoras. Posteriormente, foi estabelecido o Subcomitê de Gênero, que, de acordo com María Paulina Riveros, delegada do governo colombiano, tinha como objetivo partir da complexidade do enfoque de gênero e superar os modelos tradicionais baseados em valores culturais, sublinhando que “[...] só as mulheres, com experiências diversas, todas elas, desde suas condições particulares e sobrepostas, serão a origem e o fim da nossa tarefa” (RUIZ-NAVARRO, 2020).

Mejía Duque (2017), descreveu o processo de participação das mulheres nas negociações de Havana da seguinte forma: em 2014 foi criada a Subcomissão de gênero, com cinco integrantes de cada delegação – tanto do governo, como das FARC. Por um lado, a Subcomissão esteve liderada por Maria Paulina Riveros, representante do Governo Nacional, e, por outro, por Victoria Sandino, representante das FARC. Posteriormente, para a construção do enfoque de gênero no Acordo, participaram 18 organizações de mulheres e LGBTI; 10 ex-guerrilheiras da África do Sul, Irlanda do Norte, Guatemala, El Salvador, Indonésia, Uruguai e Colômbia; 10 especialistas nacionais em violência sexual. Ademais, ao todo, 60% das vítimas do conflito que estiveram em Havana foram mulheres.

Ao fim das conversas em Havana, foi realizado um plebiscito na Colômbia para a aprovação do texto do Acordo de Paz, antes da votação por parte dos negociadores e negociadoras. Fato é que esta disponibilidade de inclusão das lentes de gênero, construída pelos coletivos de mulheres em Cooperação com organismos internacionais e Estados, tornou-se uma das barreiras para aprovação do texto final junto a sociedade colombiana. Em 2016, foi massiva a campanha por parte de setores religiosos e ultraconservadores de que as FARC estavam promovendo a chamada “ideologia de gênero” através do Acordo de Paz. Outros temas também foram mobilizados para que houvesse uma negativa no plebiscito, e o “não” venceu com pouco mais de 50% dos votos. Com isso, houve uma retomada no processo de negociação em Havana, e, em novembro de 2016, foi assinado o Acordo final, mantendo ainda as questões relativas a gênero e sexualidade. Alguns termos foram adaptados para que houvesse algum nível de diluição da rejeição ao Acordo no que concerne as questões de gênero, mas a manutenção do tema evidencia a força da resistência dos coletivos de base de mulheres e a capacidade de articulação construída no processo ao longo dos anos.

No que tange a fase de avaliação, ou seja, a revisão das políticas e práticas do governo por parte de especialistas externos (VARGAS-ALZATE, 2014), vinha sendo realizada tanto por organizações e representantes dos Estados cooperantes, quanto pelos coletivos feministas colombianos. Exemplos dessa extensão da Cooperação foi a realização da II Cumbre Nacional de Mujeres y Paz, em 2016, que resultou na publicação de um manifesto político, no qual é salientado que o alcance dos direitos conquistados através do Acordo de Paz é um legado histórico das mulheres e organizações femininas de todo os país, de colombianas que fizeram do seu objetivo de trabalho a busca pela democracia e justiça, e reconhece a importância da comunidade internacional e suas organizações no processo, solicitando que a solidariedade construída também se mantenha no processo de implementação da paz.

Para que a perspectiva de gênero fosse mantida no pós-conflito foi necessário que, em 2017, o governo colombiano e as FARC instituíssem a Instancia Especial para Contribuir a Garantizar el Enfoque de Género en la Implementación del Acuerdo Final, por meio da Comisión de Seguimiento Impulso y Verificación a la Implementación del Acuerdo Final

(CSIVI). Este Órgão foi formado com a participação de seis organizações de mulheres colombianas em interlocução com a CSIVI, tendo a atuação de sete mulheres, das quais quatro seriam de organizações territoriais – sendo uma vítima de conflito armado, duas de caráter nacional e uma de organizações LGBT. Para Catalina Ruiz-Navarro, o estabelecimento deste Órgão revela a manutenção da oposição do setor conservador do país em relação ao enfoque de gênero do Acordo (PALMA, 2017).

Em 2018, houve a publicação do “Resumen Ejecutivo: Balance del Acuerdo Final en Derechos de las Mujeres, feito pela Cumbre Nacional de Mujeres y Paz” com o apoio da União Europeia. No mesmo ano, o grupo GPaz¹¹ publicou o documento “La paz avanza con las mujeres: observaciones sobre la incorporación del enfoque de género en el Acuerdo de Paz”, que trata também das perspectivas sobre o papel das mulheres no processo de implementação do Acordo e no pós-conflito. O grupo fez recomendações diretas ao governo colombiano, bem como à comunidade internacional. Já em 2020, no contexto de um seminário organizado pela Misión de Verificación, Sandino apontou que havia um retrocesso por parte de ex-combatentes homens no que tange as questões de gênero, que ao atuar no MVM apresentaram comportamentos discriminatórios tendo em vista um entendimento desigual sobre os direitos dos homens e das mulheres (HIRST; DALPONTE, 2021).

Em suma, o que pôde-se observar ao longo desta análise é que, apesar de ter encontrado resistências fincadas em concepções patriarcais durante o processo de elaboração e negociação da paz na Colômbia, os coletivos de mulheres e feministas, além das combatentes das FARC, incidiram na matéria de gênero e obtiveram ganhos sociais e políticos ao integrar as mulheres e população LGBT como atores estratégicos e de relevância para o pós-conflito. Esta realidade foi possível em razão de uma ampliação dos atores envolvidos nesta matéria de política externa e doméstica, indo além dos Estados e instituições internacionais, bem como na positiva articulação da sociedade civil de integrar o eixo de Cooperação com países que possuem tradição internacional na integração de lentes de gênero na agenda de Paz e Segurança, e com as Nações Unidas.

Considerações Finais

O primeiro objetivo desta análise foi contribuir para os estudos dos feminismos do Sul, que articulam a implementação das lentes de gênero nas agendas das relações internacionais e políticas domésticas de modo a elucidar as contribuições das mulheres locais e suas capacidades de articulação no sistema internacional e estatal. Ao unir esta tarefa a ideia de que a Cooperação Internacional e a política externa são espaços nos quais as fronteiras entre o doméstico e o internacional são diluídas, sublinha-se que nos eventos políticos atuam uma gama de atores da sociedade civil que são capazes de exercer influência nos destinos de determinadas ações estatais (RISSE; SIKKINK, 1999; LIMA, 2000; PINHEIRO; MILANI, 2013).

O trabalho de Vargas-Alzate (2014) é fundamental para este estudo por ser uma produção local, que estrutura variáveis e condicionantes para pensar a realidade da política externa colombiana a partir da atuação da sociedade civil. Desta forma, a partir de uma recuperação histórica sobre a governança internacional em torno da agenda de gênero e a tradição da atuação das mulheres em resoluções de conflito, foi possível identificar os atores e estratégias específicos que integraram a configuração da negociação e viabilização do Acordo de Paz colombiano. Em todas as fases delimitadas (representação do problema, elaboração da agenda, processo de tomada de decisão, implementação e avaliação) foi possível observar a correlação de forças entre os coletivos de mulheres e os atores internacionais. Por um lado, os atores sociais domésticos demonstraram a desconstrução do ideal de mulher como restritas a vítimas do conflito, assumindo, assim, o poder político e articulação estratégica como forma de incidir nos assuntos tratados na esfera da formalidade do

¹¹ Género en la Paz, é um grupo de trabalho de ativistas feministas, LGBT, acadêmicas, vítimas e defensoras de direitos humanos conformado em torno da implementação do enfoque de gênero na construção da paz.

tema. Por outro, a Cooperação Internacional junto a Estados e organizações com disponibilidade e experiência em matéria de gênero, fortaleceu a incidência sobre o tema e contribuiu para que a questão estivesse presente de maneira qualitativa e quantitativa. Neste espectro, a pluralidade das perspectivas quanto a agenda de gênero corroborou para que o Acordo Final representasse esta variedade de atores, compreensões e experiências das mulheres e da população LGBT.

No mais, sublinha-se que com a assinatura do Acordo não se finda o processo de *avaliação* e Cooperação entre os atores destacados neste estudo. Muito menos o contexto de resistência sobre a agenda de paz, e, principalmente, a inclusão das questões de gênero. Situações como a descrita na investigação de Hirst e Dalponte (2021), de resistência e hierarquia de gênero, bem como propaganda negativa em torno da agenda – como aquela realizada no plesbicio por parte de setores conservadores colombianos – ainda são evidentes, uma vez que trata-se de uma sociedade profundamente patriarcal e fundada nos processos de colonização, que traduzem em colonialidade de gênero a subjugação de grupos como das mulheres e da população LGBT.

Outro aspecto evidenciado no processo de pós-conflito foi a intenso incremento de gestações por parte de mulheres ex-combatentes, uma vez que a questão da maternidade era um tema complexo no âmbito das FARC. Minillo et al (2017), demonstraram que, na mesma medida em que promovia a participação feminina nos processos, as FARC ainda mantinha uma compreensão sexista em torno do corpo da mulher, no sentido de que são mais fracos e devem se adaptar ao ideal de soldado forte, ou seja, uma masculinidade militarizada. Assim, a questão reprodutiva torna-se alvo de ambiguidade, uma vez que, ao mesmo tempo que havia a possibilidade de utilização de métodos contraceptivos, a maternidade estava alinhada à uma fraqueza que colocava em risco os objetivos militares do grupo (MINILLO et al, 2017). O chamado “baby boom”, após o Acordo de Paz, trouxe também uma necessidade de colocar em prática os prontos do texto que garantem a saúde reprodutiva da mulher, e as questões relativas a maternidade e os direitos das crianças no processo de transição para paz.

Contudo, após um pouco mais de quatro anos da assinatura do Acordo, manteve-se o crescente número de assassinato de ex-combatentes, e o descumprimento dos termos de 2016 foi agravado com a eleição de Iván Duque, em 2018, presidente de extrema direita. Ainda que exista uma Comissão de Paz e Pós-Conflito no Senado, desde 2020 vêm sendo intensificados os números de massacres em cidades colombianas. Organizações não governamentais têm apontado para a crescente perpetração da violência por parte de instituições policiais, e, segundo informe publicado pela Indepaz (2020), entre novembro de 2016 e julho de 2020, cerca de 973 líderes sociais, defensores dos direitos humanos e ex-combatentes foram assassinados. Desta forma, torna-se incipiente e urgente observar os efeitos do retorno do contexto de violência na vida das mulheres que atuam na agenda do país.

Referências

- BELL, Christine; O'ROURKE, Catherine. Peace agreements or pieces of paper? The impact of UNSC Resolution 1325 on peace processes and their agreements. **International and Comparative Law Quarterly**, v. 59, n. 04, p. 941- 980, 2010.
- BITAR GIRALDO, Sebastián. Cuando los actores no estatales sin importan: el caso de Amnistía Internacional. **Colombia International**, n.63, p. 190-197, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rci/n63/n63a10.pdf> Acesso em: 25 set. 2020.
- CARVALHO, Hellen Oliveira; JUNIOR, José Carlos Portella; RIBEIRO, Karla Pinhel. O papel das mulheres na reconstrução de sociedade pós-conflito. **Revista de Relações Internacionais no Mundo Atual**, n.22, v.1, p.1-12, 2017.
- CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ (org). **Balance de la implementación del Acuerdo Final de Paz en Derechos de las Mujeres**: Resumen Ejecutivo. Bogotá, Colômbia, 2018. Disponível em: <http://cumbrenacionaldemujeresypaz.com/wp-content/uploads/2018/12/BALANCE-final-11Dic.pdf> Acesso em: 12 abr. 2021.
- DÍAZ, Omar Huertas; HERRERA, Angie Lorena Ruiz; HERNÁNDEZ, Nancy Judith Botfa. De mujer combatiente a mujer constructora de paz. Inclusión de la voz femenina en el escenario del posacuerdo. **Revista Ratio Juris**, v.12, n.25, p. 43-68, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5857/585761564003/585761564003.pdf> Acesso em: 20 jul. 2021.
- ENLOE, Cynthia. **The Moming after**: Sexual Politics at the End of the Cold War. University of California Press, Berkeley, 1993.

- GIL LOZANO, Fernanda. **Mujeres en America Latina**: ciencias sociales. Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología, Buenos Aires, 2007.
- GONZÁLEZ, Eduardo. Sólo en nueve países las mujeres superan el 20% de los cargos de embajador. **The Diplomat in Spain**, 27 out. 2017. Disponível em: <https://thediplomatinspain.com/2017/10/solo-en-nueve-paises-las-mujeres-superan-el-20-de-los-cargos-de-embajador/> Acesso em: 08 jun. 2020.
- HIRST, Monica. Thinking regional on peace missions in Latin America. **Journal of International Peacekeeping**, v.21, p.177-196, 2017.
- HIRST, Monica; DALPONTE, Bruno. **La presencia latinoamericana en el posconflicto colombiano**. Friederich Ebert Stiftung, 2021. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/la-seguridad/17707.pdf> Acesso em: 04 abr. 2021.
- HUSTON, Nancy. Tales of war and tears of women. **Women's Studies International Forum**, v. 5, n. 3-4, p.271-282, 1992.
- INDEPAZ, Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz. **Líderes sociales y defensores de derechos humanos asesinados en 2020**. 2020. Disponível em: <http://www.indepaz.org.co/lideres/> Acesso em: 13 fev. 2021.
- LEAL BUITARGO, Francisco. Impactos del conflicto colombiano en la Región Andina In: GRUPO DE TRABAJO EN SEGURIDAD ANDINA. **Integración, seguridad y conflictos en la subregión andina**. ILDIS-FES, 2007.
- LIMA, Maria Regina Soares. Instituições democráticas e política exterior. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.2, p. 265-303, 2000.
- LODOÑO, Luz María. La corporalidad de la guerra: una mirada sobre las mujeres combatientes desde el cuerpo y el lenguaje. **Revista de Estudios Sociales**, n.21, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revestudsoc/23428?lang=fr> Acesso em: 13 fev. 2021.
- MEJIA-DUQUE, Claudia (org). **Equidad de género y derechos de las mujeres en el Acuerdo Final de Paz**. Bogotá, Colômbia, 2017.
- MINILLO, Xaman; MENDES, Bianca; BANDEIRA, Luiza; LAGES, Rebeca. Mulheres guerreiras: questões de gênero na participação feminina nas FARC e suas influências na negociação de paz da Colômbia. **Monções**, v.6, n.11, 2017.
- MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. **Feminist Review**, p. 61-88, 1988.
- MUÑOZ PALLARES, Margarita; RAMÍREZ CARDONA, Claudia Cecilia. **Sistematización**. Bogotá, Colômbia. 2014. Disponível em: https://www.humanas.org.co/archivos/Sistematizacumbre_mujeres_y_paz.pdf Acesso em: 28 set. 2020.
- OBSERVATÓRIO DE PAZ Y CONFLICTO. **Retos de las mujeres combatientes en el fin del conflicto**. Bogotá, Colômbia, 2015. Disponível em: http://www.humanas.unal.edu.co/observapazyconflicto/files/9014/5771/3016/OPC_Retos_Mujer_Exc_FinConflicto_dv_11_03_2016.pdf Acesso em: 13 fev. 2021.
- PALMA, Mario Zamudio. “Se esta haciendo la paz de los machos”: Catalina Ruiz-Navarro. **Pacifista** 12 abr. 2017. Disponível em: <https://pacifista.tv/notas/se-esta-haciendo-la-paz-de-los-machos-catalina-ruiz-navarro/> Acesso em: 15 fev. 2021.
- PARASHAR, Swati. The WPS agenda: a postcolonial critique. In: DAVIES, Sara. TRUE, Jacqui: **The Oxford Handbook of Women, Peace, and Security**. Oxford Handbooks Online, 2018.
- PINHEIRO, Letícia; MILANI, Carlos R.S. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.35, n.1, p. 11-41, 2013.
- PINHEIRO, Maristela Rosângela dos Santos. **FARC-EP: Meio século de insurgência na Colômbia. Que paz é possível?** Dissertação apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, departamento de História, da Universidade Federal Fluminense. 2015. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1899.pdf> Acesso em: 30 jul. 2021.
- RISSE, Thomas; SIKKINK, Kathryn. The Socialization of International Human Rights Norms into Domestic Practices: Introduction In: RISSE,Thomas; ROPP STEPHEN C.; SIKKIK, Kathryn. **The Power of Human Rights: International Norms and Domestic Change**. Cambridge University Press, 1999, cap.1.
- RUIZ-GIMENEZ, Itziar. El feminismo y los estudios internacionales. **Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)**, n. 108, 2000.
- RUIZ-NAVARRO, Catalina. ¿Una paz feminista en Colombia? **HEINRICH-BÖLL-STIFTUNG**, Cidade do México, México. 2020. Disponível em: <https://mx.boell.org/es/2020/02/12/una-paz-feminista-en-colombia> Acesso em: 15 set. 2020.
- SANTANA, Leone Henrique Rodrigues. **A mediação Internacional e a participação de mulheres**: uma análise preliminar das tentativas de produção de paz da Síria. Instituto de Relações Internacionais, PUC-RIO. 2017. Disponível em: http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2017/relatorios_pdf/ccs/IRI/REL-Leone_Santana.pdf Acesso em: 25 set. 2020.
- TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. Columbia University Press, 1992.
- TICKNER, J. Ann. Peace and Security from a feminist perspective. In DAVIES, Sara E.; TRUE, Jacqui. **The Oxford Handbook of Women, Peace, and Security**. Oxford University Press, 2018.

TREJOS ROSERO, Luis Fernando. Los actores no estatales en la sociedad internacional: una aproximación a la diplomacia ciudadana en Colombia. **Investigación y Desarrollo**, v.24, n.1, 2016. Disponível em:

<http://rcientificas.uninorte.edu.co/index.php/investigacion/article/viewArticle/6637/8916> Acesso em: 20 set. 2020.

UN WOMEN. **Preventing conflict transforming justice securing the peace**: a global study in implementation of United Nations Security Council resolution 1325. Estados Unidos, 2015. Disponível em: [https://www.peacewomen.org/sites/default/files/UNW-GLOBAL-STUDY-1325-2015%20\(1\).pdf](https://www.peacewomen.org/sites/default/files/UNW-GLOBAL-STUDY-1325-2015%20(1).pdf) Acesso em: 15 abr. 2021.

URRUTIA HURTADO, Diana María. Mujeres y construcción de paz en Colombia. **Irenees**. 2017. Disponível em:

https://www.irenees.net/bdf_fiche-analyse-1104_es.html Acesso em: 29 jul. 2021.

VARGAS-ALZATE, Luis Fernando. Actores no estatales y política exterior: una revisión preliminar del caso colombiano. **Revista Análisis Internacional**, v.5, n.1, p. 189-206, 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/268203067.pdf> Acesso em: 14 set. 2020.

VILLELLAS-ARIÑO, María. La participación de las mujeres en los procesos de paz. Las otras mesas. **Institut Català Internacional per la Pau Barcelona**, 2010. Disponível em:

http://icip.gencat.cat/web/.content/continguts/publicacions/workingpapers/arxiu/wp10_5_cast.pdf Acesso em: 20 set. 2020.

VILLELLAS-ARIÑO, María. Procesos de paz con perspectiva de género. Inclusividad y participación. **Quaderns de Construcció de Pau**, n. 26, 2016.

Funções de colaboração exercidas

Bruna Soares de Aguiar:

Conceitualização; Metodologia; Curadoria de dados; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelos(as) autores(as) de acordo com a Taxonomia de Funções de Colaborador (CRediT)
